

X COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

**“A GEOGRAFIA IBÉRICA NO CONTEXTO EUROPEU”
UNIVERSIDADE DE ÉVORA
22 a 24 de Setembro de 2005**

**ENVELHECIMENTO, ESCASSEZ DE MÃO-DE-OBRA E IMIGRAÇÃO DE
SUBSTITUIÇÃO.
TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO EM PORTUGAL E ESPANHA**

Eixo temático: **A. Novas estratégias e reorganização territorial numa
Europa alargada**

Eduarda Marques da Costa

Ana Estevens

Mário Barroqueiro

Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade de Lisboa

1600-214 Lisboa

+ 351 217940218

+ 351 217938690

eduardamcosta@netcabo.pt

anaestevens@fl.ul.pt

barroqueiro@fl.ul.pt

**ENVELHECIMENTO, ESCASSEZ DE MÃO-DE-OBRA E IMIGRAÇÃO DE
SUBSTITUIÇÃO.
TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO EM PORTUGAL E ESPANHA**

Eduarda Marques da Costa¹

eduardamcosta@netcabo.pt

Ana Estevens

anaestevens@fl.ul.pt

Mário Barroqueiro

barroqueiro@fl.ul.pt

Centro de Estudos Geográficos

Universidade de Lisboa

Palavras-chave: envelhecimento, escassez de mão-de-obra, mercado de trabalho, imigração de substituição

Introdução

É uma evidência que a população da União Europeia está a envelhecer de uma forma acelerada e não se prevêem grandes mudanças nas actuais taxas de fecundidade. Mesmo que estas ocorram, os efeitos nas estruturas etárias e no mercado de trabalho só seriam sentidos daqui a vinte ou trinta anos. Deste modo, a imigração tem sido um importante factor de crescimento populacional nos países da União Europeia (U.E.), constando-se que mais de três quartos do crescimento total da população na U.E. verificado nos últimos quatro anos, deveu-se à entrada de imigrantes. Este fenómeno tem igual expressão em Portugal onde o número de imigrantes em 2005 ronda os 450.000, valor que inclui os 250.000 com indivíduos com autorização de residência e os quase duzentos mil com autorização de permanência. A estes juntam-se, naturalmente, os não contabilizáveis fluxos clandestinos.

Estes aspectos serão discutidos na presente comunicação que, estruturada em quatro partes, procura discutir o papel da imigração para colmatar a escassez de mão-de-obra das estruturas económicas dos vários países e regiões. Na primeira parte, é feita uma introdução à problemática do envelhecimento da população e os seus reflexos na escassez de mão-de-obra, apontando-se as principais tendências de evolução na Europa. A segunda

¹ Os resultados apresentados na I parte desta comunicação inserem-se no âmbito do projecto de investigação ESPON 2006 Programme – Action 1.1.4 – The Spatial Effects of Demographic Trends and Migration. http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75.html. Para o presente Colóquio foi desenvolvida a temática da imigração (importância, perfil sócio-profissional e distribuição geográfica) para os casos de Portugal e Espanha.

Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa. Telf. +351217940218; Fax +351217938690

parte da comunicação centra-se em Portugal, sendo analisada a evolução do fluxo de entradas de imigrantes, a sua expressão regional e o seu perfil profissional. Na terceira parte, comparam-se as realidades portuguesa e espanhola, terminando-se com a apresentação de algumas considerações acerca do fenómeno do envelhecimento e das suas relações com a imigração que assegura a força de trabalho em sectores e em territórios onde a escassez de mão-de-obra local tem uma expressão significativa.

1. Em torno da problemática do envelhecimento, escassez de mão-de-obra e imigração. Tendências na Europa

Nos últimos anos, a questão do envelhecimento da população, relacionada com a redução da taxa de actividade e com a imigração, tem estado no centro das atenções de políticos e investigadores.

É notório o contraste existente entre estruturas demográficas envelhecidas, como a europeia, e outras mais jovens, como a de muitos países emissores de migrantes. Neste contexto, muitos têm sido os estudos realizados sobre as implicações ou os benefícios mútuos que resultem das transferências migratórias, sendo de referir dois deles: o relatório da ONU sobre “migração de substituição” (UN, 2000), onde se discute o eventual papel das migrações como solução para o problema do envelhecimento e, conseqüentemente, da escassez de mão-de-obra; e o relatório do Conselho da Europa, que reflecte sobre as características das populações imigrantes em vários países europeus (Haug et al., 2002).

Nas últimas décadas, nos países mais desenvolvidos, tem-se assistido à afirmação de um padrão demográfico, onde o envelhecimento populacional, em muitos casos coexistente com baixas taxas de fecundidade e com o despovoamento de determinadas áreas, aparece com especial destaque.

A União Europeia tem vindo, ao longo dos anos, a perder peso em termos demográficos relativamente ao resto do Mundo. Em 1960, o conjunto dos 15 países da EU representavam 10% da população mundial; em 1999, apenas 6%, e em 2025 poderão não atingir os 5%, segundo estimativas da UN (2000). Os acréscimos da população comunitária encontram-se assim cada vez mais comprometidos, em especial, se resultarem apenas do saldo natural. Deste modo, o saldo migratório passa a assumir um papel mais importante.

Neste contexto a “imigração” tem sido apontada como uma solução para a redução da força de trabalho (ESPON, 2005 citando Coleman, 1992 e Feld, 2000; UN, 2000), não só nas áreas urbanas, onde factores de natureza sócio-cultural e económica têm contribuído para o

declínio da fecundidade e para o aumento da esperança de vida mas, também, nas áreas rurais afectadas pelo decréscimo populacional.

Assim, são frequentemente referidos os fluxos migratórios, quando se fala do futuro da população Europeia e da necessidade de atingir algumas “metas” sócio-demográficas. A ONU, refere que são necessários elevados quantitativos de imigrantes (1.850 milhões de pessoas entre 1995-2050) para se conseguir travar as tendências para a escassez de mão-de-obra. A mesma fonte refere que só assim se pode garantir a força de trabalho e contrariar os elevados índices de dependência actuais (UN, 2000).

Contudo, os problemas de declínio populacional e de envelhecimento, podem ser “aliviados” mas não resolvidos com a imigração (UN, 2000). Segundo ESPON (2005, citando Coleman, 1992), a necessidade de imigração em alguns países desenvolvidos é motivada por três factores:

- i) crescimento da população idosa (directamente através da necessidade de novos serviços e indirectamente através de impostos);
- ii) má combinação entre procura e oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho local;
- iii) necessidade de rejuvenescer a população activa (beneficiando a produtividade).

Tendo por base esta evolução, emergiu o conceito “labour shortage” (que pode ser traduzido como “escassez da força de trabalho”), que corresponde a uma situação em que a procura é superior à oferta de força de trabalho (EU, 2005, citando Denton e Spencer, 1997). Para haver “labour shortage” tem necessariamente de existir um défice de oferta de mão-de-obra que poderá ser devido a distintas situações:

- (i) um excesso generalizado de procura de mão-de-obra, que ocorre quando a procura excede a capacidade de oferta disponível. Esta situação é normalmente transitória na economia;
- (ii) uma procura específica de mão-de-obra, o que quer dizer que poderá haver carência de mão-de-obra apenas em alguns sectores específicos;
- (iii) um aumento do índice de dependência pela redução do número de activos e pelo aumento do número de dependentes;
- (iv) um crescimento por necessidade de ajustamento tecnológico, ou seja, a necessidade de recorrer a nova mão-de-obra qualificada devido à introdução de novas tecnologias ou a uma mudança do perfil de especialização.

As mudanças demográficas gerarão assim, uma contracção na mão-de-obra, que encontrará resposta numa mão-de-obra imigrante que funcionará como um *buffer* no

ajustamento às flutuações no mercado de trabalho (OECD, 2001). Esta é a perspectiva de curto-prazo.

A longo prazo, o impacto da imigração não se confina ao crescimento dos quantitativos de mão-de-obra, mas reflecte-se em termos qualitativos, contribuindo para uma “acumulação de capital humano”. Segundo OECD (2001), o sector das tecnologias de informação e de comunicação é dos sectores onde se verificam carências, havendo países/regiões que necessitam de “importar” uma mão-de-obra qualificada. Por outro lado, nas regiões mais envelhecidas onde se assiste a um despovoamento, existe também uma redução da força de trabalho que encontra resposta numa população imigrante. (ESPON, 2005). É neste contexto que surge o conceito de “replacement migration”, que significa “imigração de substituição”.

Contudo, há aqui um outro ponto que é necessário salientar. A evolução do sistema económico tem sido marcada por um necessário aumento da competitividade. Nuns casos, o caminho tomado assenta na inovação e expansão das novas tecnologias de informação e da comunicação, que geram assim novos produtos e serviços capazes de competir nos mercados globais e regionais, noutros, procura-se ser competitivo, sobretudo pela redução dos custos de produção. É neste contexto, que se tem verificado um “ajustamento” salarial no sentido decrescente que encontra resposta na mão-de-obra imigrante. Este raciocínio é particularmente verificável nas tarefas não qualificadas, onde os níveis salariais médios dos últimos anos, têm tendencialmente decrescido ou se mantido e explica, também, o crescimento do trabalho precário e informal (onde o salário médio é mais baixo).

Este facto explica ainda porque coexistem fenómenos tão contraditórios como o desemprego e a escassez de mão-de-obra. Efectivamente, a reestruturação do sistema produtivo e a proliferação de formas mais flexíveis de organização da produção, geraram um crescimento do desemprego da mão-de-obra com um determinado perfil, ao mesmo tempo que surge uma procura de mão-de-obra com um perfil distinto da anterior, onde o trabalho precário e informal sujeito a níveis de remuneração mais baixos, tem vindo a ganhar peso.

2. Portugal e a dinâmica migratória

As migrações são actualmente o principal factor de influência na variação da população dos países desenvolvidos e Portugal não é excepção. Algumas tendências são dignas de nota: a diminuição da taxa de fecundidade, o aumento da esperança média de vida, o aumento dos índices de envelhecimento e o despovoamento de algumas áreas. Deste modo, os

acréscimos de população encontram-se comprometidos se apenas resultarem do saldo natural, pelo que o saldo migratório passará a assumir um papel mais importante.

A par desta situação demográfica, deparamo-nos também com a reestruturação do mercado de trabalho, e as necessidades de mão-de-obra que lhe estão subjacentes. Assim, há algumas questões que devem ser tidas em conta quando observamos o actual panorama demográfico português.

A transição de “país de emigração” para “país de imigração”, foi o resultado de um conjunto de circunstâncias históricas, onde não é alheio o passado de país colonizador, e uma mudança nas condições sócio-económicas do país após a revolução da Abril (Góis, s/d), (ESPON, 2005 citando Patrício e Carrilho, 2002). Parecem assim desenhar-se alguns períodos:

- o primeiro grande surto emigratório regista-se entre 1911 e 1920, sobretudo para o Brasil;
- outro, de maior intensidade, correspondente ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, que ocorre durante o período da guerra colonial, entre 1962 e 1972, originando a diminuição da população residente no país. Estas duas fases têm subjacentes saídas com carácter permanente ou de ciclo completo da idade activa;
- mais recentemente, no final dos anos 80 e início dos anos 90, a emigração assume nova expressão com fluxos de carácter temporário. O carácter temporário é dominante a partir de 1984, quando esta emigração passa a representar mais de 50% das saídas, atingindo em 1996, o valor de 85,5%. Em 1999, esse valor rondava os 68%, representando estas 0,3% da população total.

Quadro 2 - Evolução do nº de emigrantes em Portugal, 1981-1999

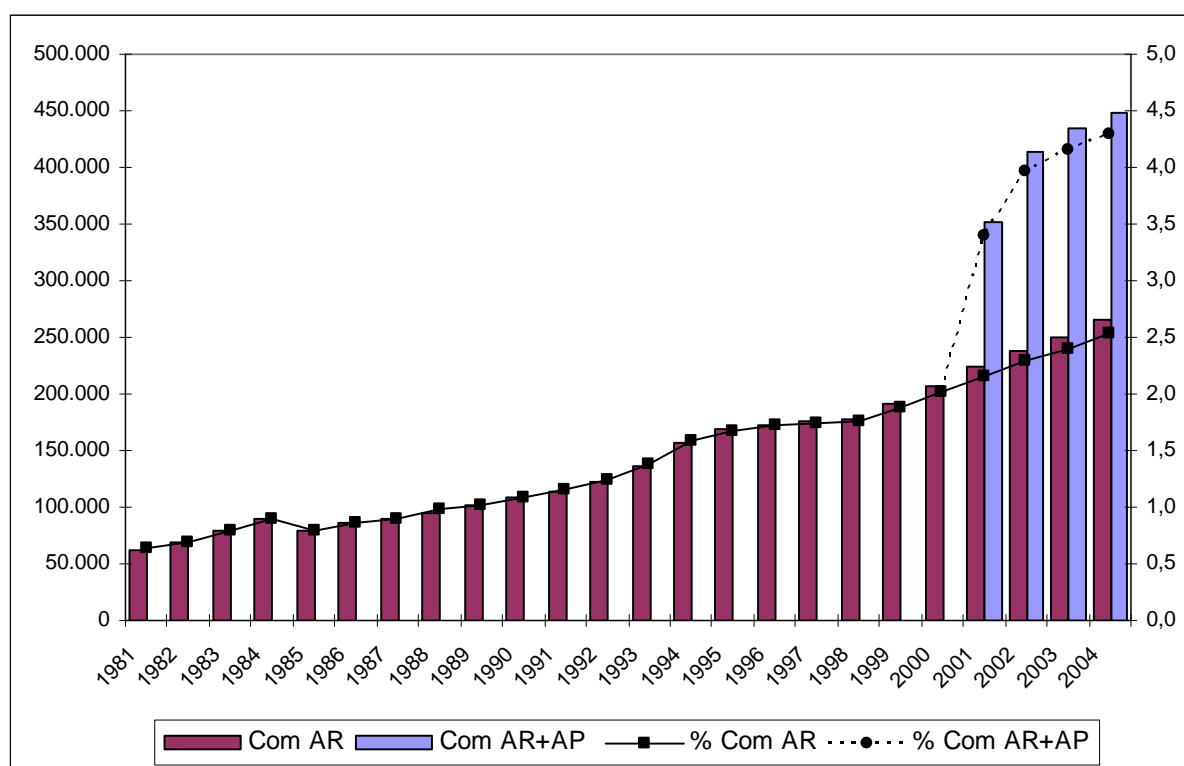
Ano	Emigrantes – Nº Total	Emigrantes - Temporários	% Emigrantes Temporários	% na População total
1981	23.147	6.634	28,7	0,2
1986	13.690	7.437	54,3	0,1
1991	29.104	21.259	73,0	0,3
1996	28.080	24.003	85,5	0,3
1997	21.333	16.641	78,0	0,2
1998	20.589	14.827	72,0	0,2
1999	27.358	18.545	67,8	0,3

Fonte: INE e SEF

De país de emigração, Portugal viu-se confrontado com o crescimento das entradas, que têm conhecido um forte aumento nas últimas décadas. No entanto, esta não é uma característica recente. No final dos anos 60 (período de forte emigração e em plena guerra colonial), as carências de mão-de-obra foram muitas vezes compensadas com a entrada de trabalhadores provenientes sobretudo de Cabo Verde (Saint-Maurice, 1997). Contudo, a partir de meados dos anos 70 é que esta situação se torna mais visível associada ao processo de descolonização.

A dinâmica de entrada de imigrantes em Portugal, pode sistematizar-se em três etapas: até ao final da década de 70, década de 80 e pós década de 90, década esta onde ocorre um grande incremento no fluxo de entradas, bem como, um alargamento da bacia de recrutamento, visível na grande diversidade de países de origem dos imigrantes. A importância dos imigrantes na população portuguesa é evidente: em 1960, os imigrantes com autorização de residência representavam apenas 0,3% da população, valor que em 2004 ascende a cerca de 2,5%.

Quadro 3 - Evolução do nº de imigrantes^{a)} em Portugal, 1981-2004



AR – Estrangeiros com autorização de residência (valores de 1981 a 2004)

AP - Estrangeiros com autorização de permanência (valores de 2001-2004)

Fonte: INE e SEF

Se considerarmos ainda população estrangeira com autorizações de permanência concedidas entre 2001 e 2003, verificamos que o número de imigrantes cresce significativamente: 183.655 têm autorização de permanência, valor que é somado aos que possuem o estatuto de residentes, o que faz crescer o peso da imigração na população total em 2004, para 4,3% (valores do SEF, 2004).

Outro aspecto a salientar é o incremento do número de países de origem. Em 2000, Portugal registava 207.653 imigrantes residentes (2,0% da população total) provenientes de 165 países diferentes, e em 2004 esse valor ascendia a 265.261 imigrantes, enquanto o número de países de origem se alargou a 173. Arménia, Azerbaijão, Sri Lanka, São Salvador, Vietname, Senegal e Serra Leoa são exemplos de novos países de origem, mas o movimento recente mais marcante provém sobretudo do Leste Europeu, referindo-se como exemplo, os casos da Ucrânia (em 2000 estavam registados 165 estrangeiros residentea, valor que em 2004 ascendia a 1.497), Rússia (553 em 2000, 1.158 em 2004), Moldávia (1.042 em 2004) e Roménia (1.211 em 2004). Destaque também para a comunidade brasileira que, em 2000 registava 22.411 elementos, e em 2004 atinge os 28.956 elementos residentes.

Se a estes números acrescentarmos a população estrangeira com autorização de permanência concedidas entre 2001 e 2003, encontramos a mesma tendência: das 183655 autorizações concedidas, 64695 foram concedidas a ucranianos, 37920 a brasileiros, 12632 a moldavos, 10926 a romenos e 8533 a angolanos (SEF, 2004).

Apesar da evolução recente, a comunidade africana com raízes nas antigas colónias de expressão portuguesa, continua a representar cerca de metade dos imigrantes residentes em Portugal.

Quadro 4 - Estrutura dos imigrantes com de autorização de residência ^{a)} em Portugal segundo o país de origem. Evolução 1999-2004

Origem	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa	29,7	29,5	30,0	30,2	30,9	31,6
Américas	18,8	18,9	17,4	17,0	17,0	17,0
África	47,0	47,1	47,9	47,9	47,2	46,4
Ásia	4,2	4,2	4,3	4,6	4,6	4,7
Oceânia	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Apátridas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100

a) Valores para Pop. Estrangeira Residente
 Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e SEF

Neste contexto, é possível destacar alguns factores que “justificaram” o processo de imigração. Destacam-se factores de repulsão, associados aos países emissores de imigrantes, em que na base encontramos o desequilíbrio entre a oferta de trabalho (associado a elevadas taxas de crescimento demográfico) e a procura. São também de referir alguns factores de atracção, como os laços culturais e linguísticos, resultantes da relação colonial que existiu, nomeadamente, entre os PALOP e o Brasil (Baganha et al., 1998). Outro dos factores de atracção foi (segundo Vitorino, 2003) o facto de uma vez em território da UE, poderem beneficiar da liberdade que os cidadãos da União consideram como um direito adquirido.

Outro aspecto particularmente interessante a ter em conta nesta evolução recente, é a expansão do carácter desqualificado do trabalho desempenhado pela mão-de-obra imigrante em Portugal. Considerando a informação disponível no INE, entre 1999 e 2003, o peso relativo das profissões ligadas à agricultura e pescas, assim como às funções desempenhadas por operários e por trabalhadores não qualificados (onde se incluem os sectores da construção civil, serviços pessoais, serviços de limpeza, hotelaria e restauração e o comércio), aumentou relativamente ao peso detido pelas profissões qualificadas (onde se incluem técnicos superiores como médicos e profissões similares) e pelos cargos de chefia.

Inversamente as profissões altamente qualificadas ou as ligadas a cargos de chefia decresceram o seu peso relativo, o que mostra claramente a alteração no mercado de trabalho da mão-de-obra imigrante no sentido do crescimento das formas de inserção em funções desqualificadas.

Até meados de 1990, paralelamente à mão-de-obra desqualificada de origem africana, registava-se um forte peso dos imigrantes oriundos da UE15, trabalhadores/famílias com níveis médios e altos de qualificação que vinham desempenhar cargos de chefia ou profissões qualificadas, ocupando o segmento mais qualificado do mercado de trabalho.

O movimento mais recente, associado à chegada dos imigrantes provenientes do Leste, da América (em particular do Brasil) e da Ásia (onde naturalmente se inclui a China) mostra que estes se dirigem fundamentalmente para funções não qualificadas do comércio e serviços ou funções ligadas à actividade primária e industrial, o que inclui a construção civil (IEFP, 2001).

Refira-se como excepção a este quadro de crescimento dos imigrantes no desempenho de funções menos qualificadas, o crescente número de imigrantes oriundos de Espanha, que em Portugal desempenham funções de direcção ou profissões altamente qualificadas, facto que está ligado a duas situações: ao aumento da mobilidade em algumas profissões

relacionado com a escassez de mão-de-obra existente em Portugal em alguns segmentos do mercado de trabalho (caso dos médicos e enfermeiros) e ao crescimento dos fluxos de investimento espanhol em Portugal, nomeadamente no comércio, no sector da distribuição e nos serviços, que têm constituído fortes empregadores da mão-de-obra espanhola nos cargos de chefia/direcção assim como nas funções intermédias de controle ou gestão.

Quadro 5 - Imigrantes com autorização de residência ^{a)} em Portugal segundo grandes grupos de profissões, 1999-2004

	Total	Dirigentes e quadros superiores	Prof. intelectuais e científicas	Prof. Nível intermédio	Adminis trativos	Serviços e vendedores	Agricultura e Pescas	Operários, operadores e trab. Similares	Trabal. Não qualif.
1999									
Total	100,0	9,1	23,9	9,4	3,3	10,9	1,5	27,1	14,7
Homens	100,0	10,7	19,4	9,1	1,5	8,4	1,6	37,9	11,5
Mulheres	100,0	5,9	33,4	10,0	7,2	16,3	1,4	4,3	21,5
Por grandes regiões									
Europa	100,0	15,2	39,8	12,7	3,9	12,5	2,2	10,5	3,2
UE	100,0	15,3	40,8	12,6	4,0	12,7	2,0	9,8	2,9
Outros	100,0	11,9	20,8	14,9	3,0	8,9	5,9	24,8	9,9
África	100,0	0,3	2,7	1,8	1,9	4,8	1,0	55,3	32,2
América	100,0	9,7	23,9	21,0	5,8	16,2	0,2	15,5	7,7
Brasil	100,0	9,7	20,9	22,4	6,2	18,3	0,0	15,6	6,8
Ásia	100,0	10,0	8,3	5,0	1,7	40,0	0,0	10,8	24,2
Oceânia	100,0	22,2	22,2	11,1	0,0	22,2	0,0	11,1	11,1
Desconh./ Apátrida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	Dirigentes e quadros superiores	Prof. intelectuais e científicas	Prof. Nível intermédio	Adminis trativos	Serviços e vendedores	Agricultura e Pescas	Operários, operadores e trab. Similares	Trabal. Não qualif.
2003									
Total	100,0	7,8	19,1	11,5	4,8	13,6	2,7	22,2	18,3
Homens	100,0	8,9	17,5	11,7	2,9	8,4	3,1	33,1	14,4
Mulheres	100,0	5,8	21,9	11,4	8,0	22,7	1,9	3,3	25,0
Por grandes regiões									
Europa	100,0	12,7	29,0	14,4	4,1	10,9	1,8	18,3	8,9
UE	100,0	16,7	35,7	18,3	5,0	11,3	1,4	7,1	4,4
Outros	100,0	2,5	12,1	4,5	1,8	9,8	2,9	46,4	20,0
África	100,0	0,9	4,0	2,5	2,8	12,2	5,7	35,5	36,3
América	100,0	5,6	17,8	17,5	9,2	19,6	1,3	15,7	13,3
Brasil	100,0	5,3	15,5	17,0	9,7	20,3	1,1	16,7	14,3
Ásia	100,0	6,3	8,9	5,8	2,6	22,6	0,5	16,3	36,8
Oceânia	100,0	0,0	28,6	42,9	0,0	0,0	0,0	28,6	0,0
Desconh./ Apátrida	100,0	-	100,0	-	-	-	-	-	-

a) Valores para Pop. Estrangeira Residente
 Fonte: Estatísticas Demográficas, INE, 1999, 2003

Muito embora tenham sido os segmentos menos qualificados do mercado de trabalho que mais cresceram, entre 1999 e 2003, o grau de instrução dos imigrantes residentes em Portugal melhorou, tendo a formação superior passado de 18,9% para 24,0% do total e as habilitações de nível técnico-profissional, crescido de 8,7% para 11,1%. É ainda de registar que no conjunto dos imigrantes, não existem diferenças significativas entre homens e mulheres². Esse reforço está associado aos imigrantes provenientes da Europa de Leste e com menor expressão, do Brasil. No caso dos imigrantes de Leste, cerca de 31% tem uma formação superior e 24,4% uma formação técnico-profissional, valores que são francamente superiores ao grau de instrução médio da população portuguesa.

Quadro 6 - Grau de Instrução dos imigrantes com autorização de residência^{a)} em Portugal, 1999-2003

	1999					2003				
	Não sabe ler	Básico e Secundário	Técnico-Prof	Superior	Total	Não sabe ler	Básico e Secundário	Técnico-Prof	Superior	Total
Total	18,0	54,5	8,7	18,9	100,0	14,3	50,7	11,1	24,0	100,0
Europa	7,3	33,2	16,4	43,1	100,0	5,7	30,9	18,6	44,8	100,0
Américas	14,9	57,0	9,5	18,6	100,0	9,9	54,4	10,2	25,5	100,0
África	25,9	69,2	3,1	1,9	100,0	26,1	66,7	3,9	3,3	100,0
Ásia	28,1	54,5	4,5	12,9	100,0	27,2	51,9	6,1	14,9	100,0
Oceânia					0,0	0,0	42,9	28,6	28,6	100,0
Desconhecida /Apátrida					0,0	66,7	0,0	33,3	0,0	100,0

a) Valores para Pop. Estrangeira Residente
 Fonte: Estatísticas Demográficas, INE, 1999, 2003

Os imigrantes de origem africana e asiática possuem níveis de instrução mais baixos, sendo de registar a manutenção de elevados valores de analfabetismo (oriundos de África, 25,9% em 1999 e 26,1% em 2003 e nos oriundos da Ásia, 28,1% em 1999 e 27,2% em 2003).

Existe assim um desajustamento entre a estrutura de qualificações da mão-de-obra imigrante do Leste Europeu, e as funções desempenhadas, que têm uma forte componente de trabalho desqualificado. Este facto evidencia alguns aspectos:

- por um lado, existe uma oferta de emprego para um conjunto de funções de baixo nível de qualificação, correspondentes a baixos níveis salariais que não encontra procura na mão-de-obra nacional; este facto está relacionado com o reforço das condições de competitividade e a necessidade de reduzir os custos de produção, quer ao nível da produção industrial, quer nas actividades terciárias, que tem levado a que muitos

² Em 2003, com formação superior, 24% homens e 23,8% mulheres e com formação técnico profissional, 11,8% são homens e 10,4% são mulheres.

segmentos da produção se mantenham intensivos em mão-de-obra e, como tal, fortemente empregadores, mas com níveis salariais baixos;

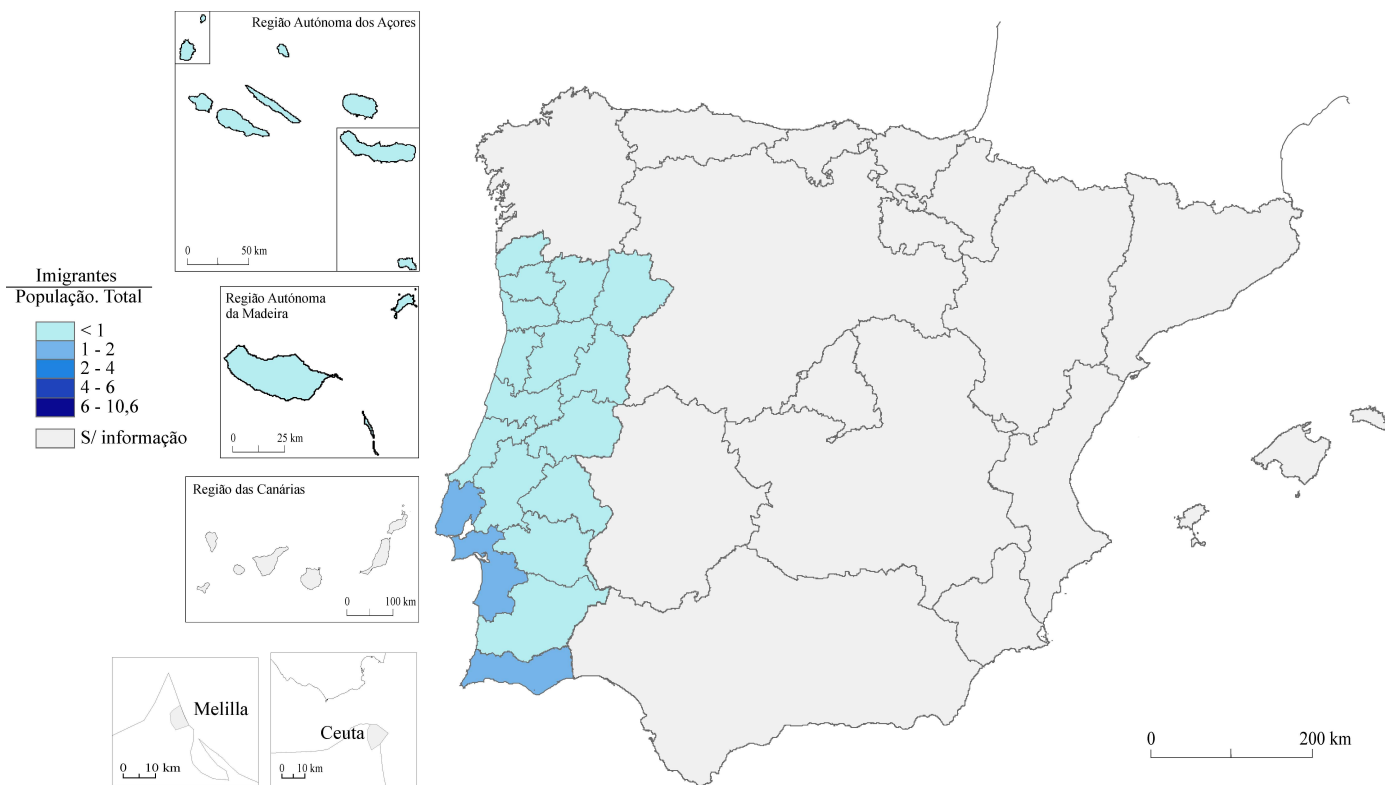
- por outro lado, o imperativo da competitividade e da redução dos custos de produção, tem contribuído para o desenvolvimento da componente informal da produção e do mercado de trabalho. As redes de contratação de imigrantes clandestinos alimentam este processo, constituindo uma oferta para trabalho pago a custos progressivamente mais reduzidos. Acrescem ainda as redes co-étnicas, nem sempre ligadas ao tráfico, que contribuem para certas formas de inserção em segmentos menos qualificados, logo favorecedores do verificado desajustamento;
- por fim, poderão existir factores linguísticos ou religiosos que condicionam a procura de emprego. Veja-se o caso dos imigrantes do Leste Europeu, que numa fase inicial da sua chegada a Portugal, ficam arredados de desempenhar funções em que necessitem de dominar minimamente a língua nacional, e se concentram em funções mais desqualificadas onde o domínio da língua não é um factor essencial para o seu desempenho profissional. Outro exemplo é o dos indus, traduzido numa segmentação da procura por sexo, que condiciona as mulheres mais do que os homens.

Observando a evolução na distribuição geográfica dos imigrantes em Portugal, verificamos que a resposta está numa combinação dos vários aspectos. Segundo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2002), a partir de 2001 assiste-se a uma relativa escassez na oferta interna de mão-de-obra em determinados segmentos de actividades conhecedoras de uma alta dinâmica de crescimento mas cuja oferta de postos de trabalho não é atractiva para a população nacional. O relatório refere ainda que devido a este facto, o fluxo de trabalhadores imigrantes aumentou desde então a um ritmo intenso.

Veja-se por exemplo o caso da Área Metropolitana de Lisboa, onde a partir da década de 90, o sector da construção civil e das obras públicas, apresenta uma maior dinâmica, reforçando as construtoras as suas estratégias de externalização e subcontratação. Para além da construção civil, também nos restaurantes, nos estabelecimentos comerciais, nas limpezas industriais e nos serviços pessoais e domésticos (principalmente as mulheres) se encontram estrangeiros, nomeadamente clandestinos.

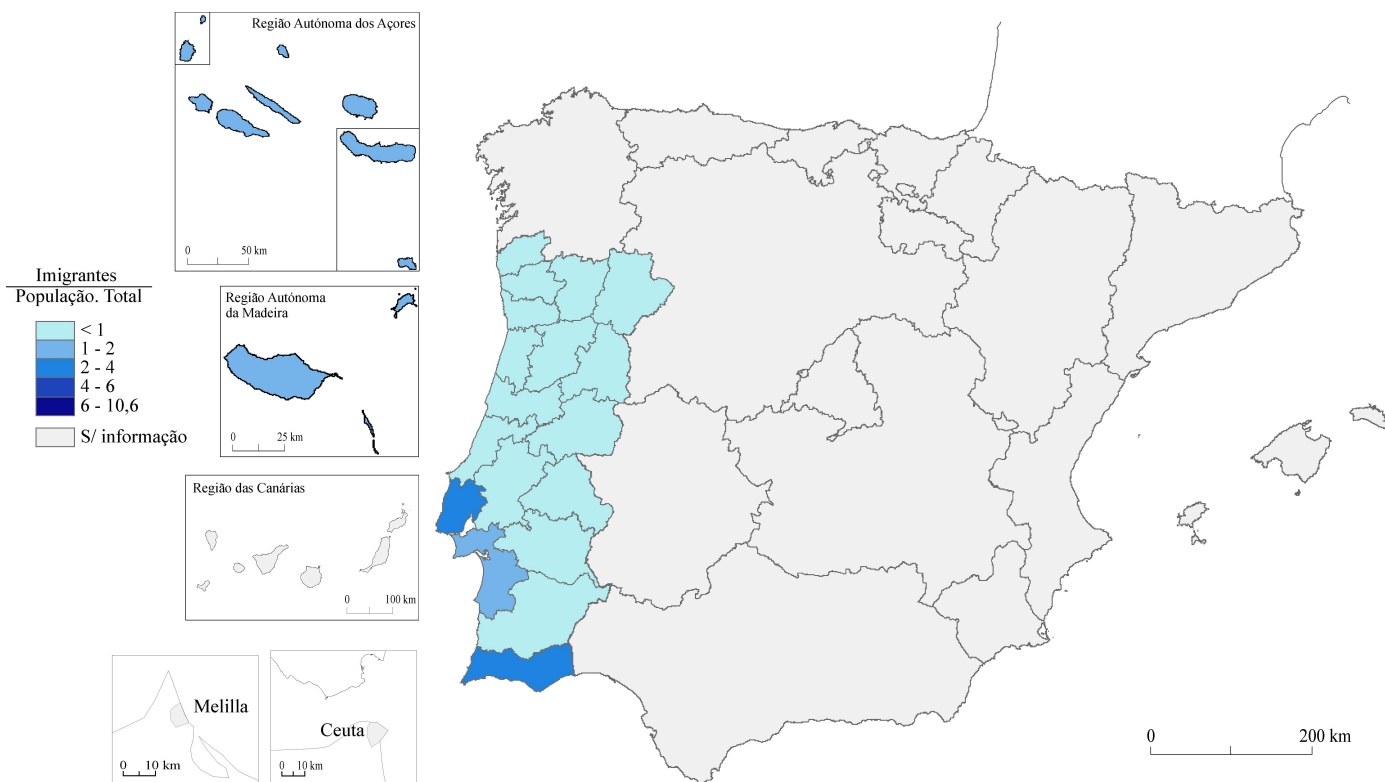
Por outro lado, apesar do crescimento dos níveis de desemprego em Portugal, acentuaram-se os desequilíbrios geográficos na distribuição da população e da mão-de-obra em idade activa. As regiões do interior registam decréscimos populacionais acentuados e índices de envelhecimento crescentes, apenas contrariados nas cidades ou nas pequenas aglomerações que registam crescimentos positivos.

Peso dos Imigrantes na População Total – Distritos de Portugal ^{a)}, 1981



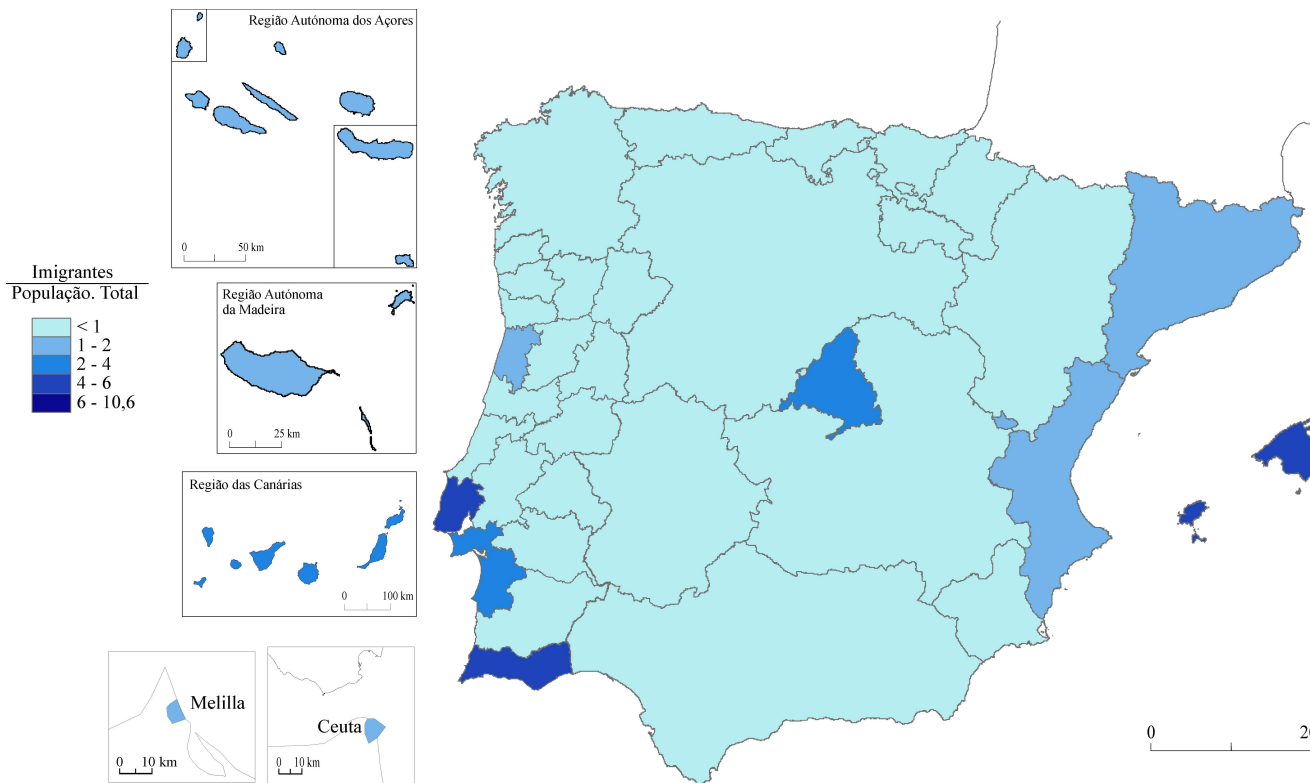
a) Valores correspondente à Pop. Estrangeira Residente
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Peso dos Imigrantes na População Total – Distritos de Portugal ^{a)}, 1991



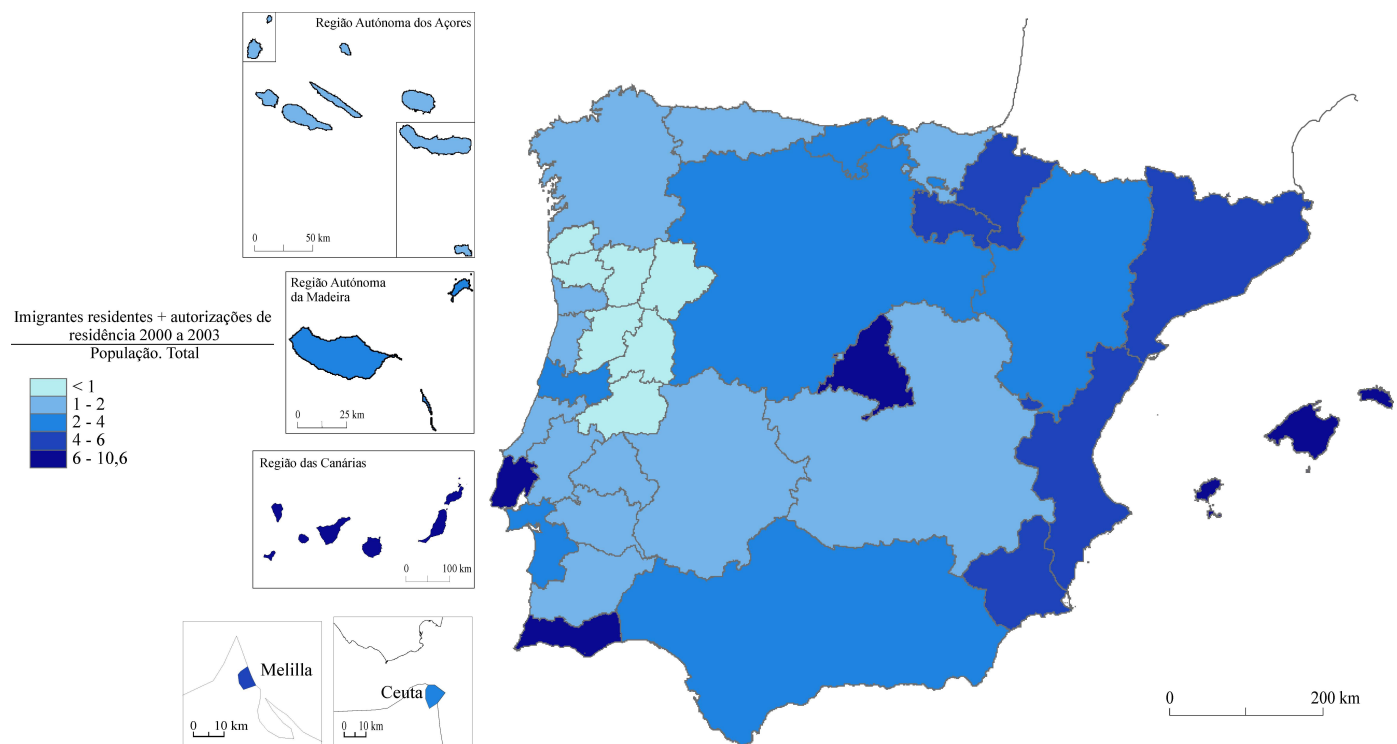
a) Valores correspondente à Pop. Estrangeira Residente
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Peso dos Imigrantes na População Total – Portugal^{a)} e Espanha^{b)}, 1996



a) Valores correspondente à Pop. Estrangeira Residente; b) Cidadãos estrangeiros com autorização de residência permanente
Fonte: Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, Portugal e MTAS – Anuario Estadístico de Extranjería

Peso dos Imigrantes na População Total – Portugal^{a)} e Espanha^{b)}, 2004



a) Valores correspondente à Pop Estrangeira. Residente e Cidadãos estrangeiros com autorização de permanência;
b) Cidadãos estrangeiros com autorização de residência permanente
Fonte: Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, Portugal e MTAS – Anuario Estadístico de Extranjería

Assim, existe uma oferta de trabalho na agricultura e nos serviços desqualificados que tem encontrado uma grande resposta na mão-de-obra estrangeira. O peso dos imigrantes do Leste, em distritos como Beja, Évora, Portalegre, Santarém e outros do litoral onde a actividade agrícola tem um peso assinalável, cresceu significativamente. Por outro lado, a afinidade linguística explica a grande expansão dos brasileiros no comércio e no sector da hotelaria, cafetaria e restauração (daí o seu grande crescimento no Algarve e nos distritos mais urbanos como Lisboa, Setúbal e Coimbra), ao contrário dos residentes oriundos do Leste Europeu ou da Ásia que, entre outros factores, enfrentam a barreira linguística para o desempenho destas funções.

Enquanto a imigração africana se concentra fundamentalmente na AML, a imigração de Leste ou do Brasil caracterizou-se por uma maior disseminação pelo país, ocupando posições desqualificadas em sectores como a construção civil e, no caso das mulheres, nos serviços domésticos (Peixoto, 2004).

3. Uma comparação com a realidade espanhola

A comparação das realidades portuguesa e espanhola apresenta algumas afinidades mas igualmente especificidades inerentes ao seu passado colonial, à sua posição geográfica e ao seu modelo de desenvolvimento económico.

Tal como em Portugal, a década de 1990 em Espanha foi de grande crescimento do fluxo de imigrantes, movimento que aumentou de intensidade na presente década. Assim, em 1981 existiam perto de 200.000 indivíduos, que correspondiam a 0,5% da população espanhola, em 1990, esse valor rondava os 400.000 (1,0% da população espanhola) e em 2001, o valor ultrapassava o milhão (1.109.060 imigrantes o que representava 2,7% da população espanhola). Em 2004, o valor ascende a 1.977.291, correspondendo a 4,6% da população espanhola, percentagem semelhante à portuguesa, no caso de considerarmos o total de estrangeiros residentes e as autorizações de permanência concedidas após 2001.

Naturalmente que os valores aqui apresentados não reflectem de forma alguma a dimensão total do fenómeno, uma vez que não incluem os montantes de indivíduos em situação ilegal ou de imigrantes “flutuantes” que circulam nestes dois países, mas constituem um universo comparável.

A análise da estrutura segundo os países de origem revela grandes diferenças de Espanha em relação a Portugal. Em 1995, cerca de 50% dos imigrantes em Espanha eram de origem europeia, 21,8% tinham origem na América e 19,2% em África. Essa relação vai alterar-se

significativamente até 2005, passando a Europa a representar apenas 34% dos imigrantes e os continentes americano e africano a afirmam-se como fontes de fornecimento de novos imigrantes (33,7% e 24,9%, respectivamente).

Quadro 7 - Imigrantes em Portugal e Espanha – Evolução 1981-2004

Anos	Espanha - Imigrantes		Portugal - Imigrantes			
	N ^o d	%/Total População	Autorizações de residência	%/Total População	Autorizações de Permanência	%/Total População
			a	(a/c)*100	b	((a+b)/c)*100
1981	195.000	0,5	62.692	0,6		0,6
1991	380.000	1,0	113.978	1,2		1,2
1996	538.084	1,4	172.912	1,7		1,7
1997	609.813	1,5	175.263	1,7		1,7
1998	719.647	1,8	178.137	1,8		1,8
1999	801.329	2,0	191.143	1,9		1,9
2000	895.720	2,2	207.653	2,0		2,0
2001	1.109.060	2,7	223.976	2,2	126901	3,4
2002	1.324.001	3,2	238.694	2,3	174558	4,0
2003	1.647.011	3,9	250.697	2,4	183655	4,1
2004	1.977.291	4,6	265.361	2,5	-	4,3

a) Valores para Pop. Estrangeira Residente;

b) Concedidas em cada ano. Fonte: SEF

c) População Residente Total

d) Cidadãos estrangeiros com cartão de identidade ou autorização de residência permanente

Fonte: INE, Espanha e Portugal e SEF de Portugal

Tal como em Portugal, as relações históricas/coloniais marcaram o movimento migratório espanhol, muito embora com características diferentes, uma vez que para Portugal a descolonização é um fenómeno muito recente, que em muito marcou a evolução demográfica e social nacional.

Quadro 8 - Imigrantes em Espanha segundo a origem – Evolução 1995-2005

Origem	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Europa	51,2	50,9	47,4	45,9	44,1	40,4	37,2	35,5	34,0	33,8	34,1
América	21,8	22,5	20,8	20,5	20,8	22,3	26,9	28,7	32,2	33,7	33,7
África	19,2	18,3	23,4	24,9	26,6	29,2	27,4	27,7	26,3	25,2	24,9
Ásia	7,6	8,1	8,1	8,4	8,3	7,9	8,3	7,9	7,4	7,2	7,1
Oceânia	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Apátridas	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

MTAS (2003) – Anuario Estadístico de Extranjería

No caso da Espanha, a proximidade geográfica da costa Sul espanhola ao Norte de África também tem incentivado o crescimento do movimento com origem em África.

**Quadro 9 – Cinco principais países de origem dos imigrantes em Portugal –
Evolução 1996-2004 (%)**

País Origem	1996		País Origem	2004		País Origem	2001-2003	
	Nº de autorizações de residência	%/Total		Nº de autorizações de residência	%/Total		Nº autorizações de permanência	%/Total Autor.
Cabo Verde	39.546	22,9	Cabo Verde	55.590	20,9	Ucrânia	64695	35,2
Brasil	20.082	11,6	Brasil	28.956	10,9	Brasil	37920	20,6
Angola	16.282	9,4	Angola	26.702	10,1	Moldávia	12632	6,9
Guiné	12.639	7,3	Reino Unido	18.005	6,8	Roménia	10926	5,9
Reino Unido	11.939	6,9	Espanha	15.916	6,0	Angola	8533	4,6
Total Portugal	172.912		Total Portugal	265.361		Total principais 5	134706	73,3
						Total Portugal	183655	100,0

Fonte: INE (2003) – Estatísticas Demográficas

Assim, a principal comunidade imigrante em Espanha é oriunda de Marrocos (396.668 dos residentes com identidade ou com autorização de permanência, MTAS - OPI, em 31-03-2005), seguindo-se o Equador (229.050) e a Colômbia (145.656). De destacar ainda, o Peru e a China (com 73.145 e 73.936 respectivamente), que surgem já ao nível de grandes comunidades como a do Reino Unido.

**Quadro 10 – Cinco principais países de origem dos imigrantes em Espanha –
Evolução 1996-2004 (%)**

1996			2004		
País	Nº	%/Total	País	Nº	%/Total
Marrocos	77.189	14,3	Marrocos	386.958	19,4
Reino Unido	68.359	12,7	Equador	221.549	11,1
Alemanha	45.898	8,5	Colômbia	137.369	6,9
Portugal	38.316	7,1	Reino Unido	128.283	6,4
França	33.134	6,1	Roménia	83.372	4,2
Total Espanha	538.984		Total Espanha	1.997.291	

MTAS (2003) – Anuario Estadístico de Extranjería

Outro aspecto que distingue o perfil nacional do perfil espanhol, é o grau de instrução dos imigrantes, que apresenta valores mais elevados no caso português. O movimento de entrada massivo em Espanha de imigrantes provenientes do Norte de África assim como da América Central e do Sul, explicam o menor peso dos estudos superiores. Por outro lado, a

existência de uma mão-de-obra natural de Espanha com um grau de instrução e um nível de qualificação médio mais elevado, justifica a fraca presença de imigrantes nestas funções.

Quadro 11 - Grau de Instrução dos imigrantes em 2003 – comparação entre Portugal e Espanha (%)

TOTAL	Grau de instrução						
	Analfabetos	Estudos primários incompletos	Estudos Secundários		Estudos Pós Secundários		
			Programas de formação profissional	Educação geral	Estudos técnico-profissionais superiores	Primeiro ciclo	Segundo e terceiro ciclo
Portugal a)	14,3	50,7		11,1	24,0		
Espanha b)	6,6	14,8	0,9	75,0	0,7	0,7	1,4
Algumas Comunidades Autónomas/Provincias							
Andaluzia	8,6	26,1	0,3	62,8	0,4	0,6	1,1
Catalunha	3,9	10,4	1,3	80,0	1,2	1,0	2,2
Barcelona	3,6	8,3	1,7	80,7	1,6	1,3	2,8
Estremadura	3,4	37,8	0,2	56,8	0,4	0,3	1,2
Badajoz	2,9	19,4	0,4	73,2	0,8	0,9	2,5
Cáceres	3,6	43,3	0,1	51,8	0,2	0,2	0,8
Madrid	5,7	7,0	2,1	81,4	0,8	0,8	2,2

a) Valores para Pop. Estrangeira Residente;

b) Grau de Instrução dos imigrantes com contratos registados

Fonte: INE (2003) – Estatísticas Demográficas, MTAS (2003) – Anuario Estadístico de Extranjería, Quadro VII13.

Ao contrário, em Portugal, os estudos superiores estão fortemente representados pelos imigrantes da UE que desempenham cargos de chefia ou profissões técnico-científicas (onde se inclui um elevado número de espanhóis), assim como os do Leste Europeu. Simultaneamente, é em Portugal que os imigrantes registam níveis de analfabetismo mais elevados, o que se relaciona também com a importância que têm os cidadãos dos PALOP's em Portugal, cuja população regista baixos níveis médios de instrução.

Este facto reflecte-se numa diferenciação nas profissões desempenhadas pelos imigrantes. A observação da repartição segundo os grandes grupos de profissões verificada em Espanha permite salientar o peso da agricultura e pescas (7,5%, contra os 2,5% que representa em Portugal) e o elevado valor de trabalhadores não qualificados³.

Como foi possível verificar anteriormente, o peso dos imigrantes nas funções qualificadas tem diminuído nos últimos anos em Portugal. Contudo, o seu peso ainda é assinalável,

³ As diferenças registadas nas classes correspondentes a "Operários artífices e trabalhadores similares e operadores de instalação e trabalhadores da montagem" e "Trabalhadores não qualificados" é difícil de interpretar, pois a fronteira entre o desempenho de um operário e de um trabalhador não qualificado, em sectores como a indústria, a construção civil ou os serviços de reparação é muito ténue. Contudo, mesmo se somarmos as duas classes finais, o peso das funções menos qualificadas em Espanha é superior ao registado em Portugal.

relacionando-se com a presença de uma mão-de-obra com um nível de instrução elevado que se ajustou à internacionalização da economia portuguesa.

Quadro 12 - Distribuição dos imigrantes por grandes grupos de profissões em 2003 - comparação entre Portugal e Espanha (%)

Grupos de Profissões:	Portugal ^{a) e b)}	Espanha ^{c) e d)}
Dirigentes e quadros superiores	7,8	0,2
Profissões intelectuais e científicas	19,1	1,9
Profissões de nível intermédio	11,5	2,0
Administrativos	4,8	4,2
Serviços e vendedores	13,6	16,1
Agricultura e Pescas	2,7	7,5
Operários artífices e trabalhadores similares e operadores de instalação e trabalhadores da montagem	22,2	17,6
Trabalhadores não qualificados.	18,3	50,5
Total	100,0	100,0

a) População estrangeira activa que solicitou estatuto de residente segundo a profissão

b) CNP-94

c) Contratos registados correspondentes a trabalhadores estrangeiros

d) CNO-94

Fonte: INE (2003) – Estatísticas Demográficas, MTAS (2003) – Anuario Estadístico de Extranjería, Quadro VII11

As diferenças anteriormente apontadas mostram assim que a mão-de-obra portuguesa apresenta um baixo nível de instrução e de qualificação, evidenciando-se carências importantes em profissões técnicas, nomeadamente no interior do país. Em 2000, só 10% da população activa portuguesa com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos é que possuía um grau de escolaridade superior, sendo que 78,4% possuía um nível inferior ao secundário. Isso poderá conferir ao mercado de trabalho português uma grande capacidade de absorção de mão-de-obra imigrante qualificada, tendência que, tal como se referiu anteriormente, é reforçada pelo forte crescimento do investimento directo estrangeiro em Portugal, nomeadamente o investimento espanhol no sector do comércio e da distribuição.

Um ponto final a considerar nesta análise é a distribuição geográfica dos imigrantes. No caso português, o distrito de Lisboa, em particular a Área Metropolitana de Lisboa, concentra mais de 50% dos imigrantes. Em Espanha, a Comunidade de Madrid concentra cerca de 20%, o que denota um grau de dispersão dos imigrantes mais elevado. Isto deve-se ao facto de o sistema de povoamento e do nível de urbanização da Espanha ser mais elevado que o português, tendo associado uma economia de serviços, fortemente consumidora de mão-de-obra barata, envolvida em funções menos qualificadas como a

restauração, o comércio, os serviços pessoais e toda a máquina empregadora de serviços de apoio à produção (limpezas, *catering*, transportes, distribuição, ...).

Quadro 13 - Evolução da População Imigrante em algumas Comunidades Autónomas de Espanha e Distritos de Portugal – 1996-2004

Espanha/ Comunidades/ Províncias	Imigrantes		Peso na Pop. Total		Portugal/ Distritos	Imigrantes ^{a)}		Peso na Pop. total	
	1996	2003	1996	2003		1996	2004)	1996	2004
Andaluzia	70.725	208.523	13,1	12,7	Faro	21.660	35.928	12,5	13,5
Catalunha	114.264	383.938	21,2	23,3	Porto	10.690	15.256	6,2	5,7
Estremadura	4.516	17.123	0,8	1,0	Évora	766	1.343	0,4	0,5
Badajoz	2.173	6.811	0,4	0,4					
Cáceres	2.343	10.312	0,4	0,6					
Madrid	111.116	355.035	20,6	21,6	Lisboa	95.348	139.038	55,1	52,4
Total País	538.984	1.647.011	100,0	100,0	Total País	172.912	265.361	100,0	100,0

a) Valores para Pop. Estrangeira Residente;

Fonte: INE (2003) – Estatísticas Demográficas e SEF,
MTAS (2003) – Anuario Estadístico de Extranjería e INE – Censos Espanha

Por outro lado, o processo de envelhecimento populacional em Espanha é já bastante acentuado, verificando-se carências de mão-de-obra nas várias províncias. Se compararmos o perfil da Andaluzia com o distrito de Faro, os pesos dos imigrantes são semelhantes (concentram cerca de 13% dos imigrantes existentes em Espanha e Portugal respectivamente). Contudo, se compararmos a importância dos imigrantes na população total de uma comunidade como a Estremadura, com a realidade portuguesa (distrito de Évora) verificamos que em Évora os imigrantes representam metade do que representam na Estremadura, onde a mão-de-obra imigrante é fundamental na actividade agrícola.

4. Algumas considerações finais

As diferenças entre Portugal e Espanha, mostram a diversidade de situações. Se considerarmos a tipologia apresentado por Denton e Spencer (1997) compreendemos que no caso português a imigração de substituição tem-se estendido aos segmentos menos qualificados da força de trabalho. No caso do interior do país, a aumento do envelhecimento e a redução da parcela de activos disponíveis, veio reforçar o “labour shortage” ou seja a “redução da força de trabalho”, que tem encontrado resposta imediata na imigração. O mesmo se tem verificado no litoral em alguns sectores onde existe uma oferta de trabalho importante na construção civil ou nos serviços.

No caso espanhol, o envelhecimento da população traduz-se também numa redução da força de trabalho. Contudo, esse movimento parece ter um carácter mais específico, uma

vez que a mão-de-obra de nacionalidade espanhola apresenta um grau de instrução mais elevado, o que lhe permite responder às necessidades do mercado de trabalho mais qualificado, em sectores de elevada produtividade, que respondem aos imperativos da Agenda de Lisboa. A mão-de-obra imigrante ocupa os segmentos menos qualificados, que não encontram resposta na mão-de-obra espanhola.

Assim, a imigração parece ser já um factor a ter em conta nas bases regionais destes dois países, sendo necessário alargar a leitura do ponto de vista da mão-de-obra para outros domínios, nomeadamente cultural e social, reafirmando-se a necessidade de concertar uma política ou um conjunto de normas que permitam orientar o fenómeno à escala da UE.

Num contexto de globalização, a UE depara-se com os desafios de uma nova economia baseada no conhecimento, que colocará exigências a cada uma das suas nações, particularmente no contexto do alargamento. Neste sentido, na Estratégia de Lisboa (2000) foi definido um novo objectivo estratégico para a UE para os próximos 10 anos: “tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”, devendo recorrer aos recursos da nova sociedade de informação por forma a reforçar a competitividade e a inovação. Esta estratégia deve também investir na formação e combater a exclusão social, recorrendo a políticas macro-económicas que permitam um crescimento sustentado.

No seguimento desta nova política comunitária, vão deparar-se novas necessidades em matéria de qualificação da mão-de-obra, assim como o aumento da taxa de actividade, em particular da taxa de actividade feminina. O quadro de envelhecimento continuado da população europeia esbarra nos objectivos da Estratégia de Lisboa, cuja concretização, em muito poderá depender de um aumento da taxa de actividade e como tal, em muito poderá vir a depender da imigração.

Na UE (Schengen, 1985; Maastricht, 1992; Amsterdam, 1997 e Nice, 2003 assim como em Tampere, 1999), diversos tratados e acordos debateram o assunto da imigração, não se registando consenso na definição de uma única política de integração.

Para alcançar o objectivo último – “uma Europa aberta e segura” – a UE tem de definir uma política europeia de imigração. O Tratado de Tampere realça ainda a importância do combate contra a imigração ilegal (ideia reforçada no Conselho Europeu de Sevilha de 2002) e a criminalidade que lhe está associada sem, no entanto, descorar a necessidade de não discriminação dos nacionais de países terceiros.

Desde Tampere que as iniciativas seguidas no desenvolvimento de uma política comunitária de imigração e asilo, têm sido mais encaminhadas para a regulação e controlo de fluxos e

para a luta contra a imigração ilegal, do que para a cooperação com os países de origem ou de trânsito, ou para a integração social dos imigrantes. Existe um vasto leque de recomendações, propostas e directivas, que procuram contrariar o racismo, a xenofobia, e ajudam à integração social dos imigrantes, deixando, contudo, a cada estado membro a regulamentação normativa em cada matéria.

Os mitos de outrora, como as políticas de imigração-zero dos anos 70, em resposta ao aumento do desemprego, perderam peso, assumindo os fluxos migratórios um papel cada vez mais relevante nas dinâmicas populacionais, num quadro actual de declínio populacional e de envelhecimento. Se não se conseguirem os ganhos de produtividade desejados, uma redução significativa na força de trabalho terá, certamente, impactes negativos no crescimento económico. Neste contexto, os debates sobre a questão do controlo dos imigrantes, mostram que países, como o Reino Unido que, em finais dos anos noventa, apresentavam um discurso mais tolerante e aberto à recepção de refugiados e imigrantes, está a fechar as suas portas, procedendo à selecção dos candidatos a asilo antes destes entrarem em território do Reino Unido.

Também Portugal está a optar por uma política de selecção dos imigrantes baseada nas qualificações que estes têm. Isto é, a política de imigração zero foi abandonada, mas fica a ideia de alguma selectividade nas entradas, no sentido das ajustar às necessidades do nosso mercado de trabalho, procurando-se encontrar várias formas de promover a sua integração⁴.

O reconhecimento do papel dos imigrantes como forma de resposta às necessidades do mercado de trabalho, parece estar também a ganhar peso nas orientações das Comunidade Europeia, que em Julho de 2005 (CCE, 2005), apresentou o “Programa Comunitário de Lisboa – uma agenda para o crescimento e o emprego”. Efectivamente, e citando o parágrafo de introdução ao referido documento, “Presentemente, a Europa encontra-se numa encruzilhada decisiva, perante desafios internos e externos. Por um lado, tem de enfrentar o desafio do envelhecimento da população que, a longo prazo, determinará uma importante diminuição da população em idade de trabalhar Por outro lado, a aceleração do ritmo da globalização tem exposto a economia europeia a uma crescente concorrência estrangeira” (CCE, 2005, pp.2).

O “Programa Comunitário de Lisboa – uma agenda para o crescimento e o emprego” apresenta, um conjunto de orientações e acções que deverão constituir directrizes para as políticas a desenvolver pelos vários Estados Membros. De entre as várias orientações apresentadas, destacam-se 3 com particular relação com a imigração/mobilidade de

⁴ Refira-se o facto de a Igreja Católica ter aberto as suas portas ao culto Ortodoxo como resposta à crescente presença de imigrantes do Leste, assim como o programa Portugal Acolhe (ensino da língua portuguesa e dos direitos dos imigrantes).

peças, evidenciando-se assim por parte da União Europeia⁵, um novo olhar sobre a imigração:

- ❑ a remoção dos obstáculos à mobilidade física, laboral e académica;
- ❑ a definição de uma abordagem comum relativamente à migração económica
- ❑ o apoio aos esforços tendentes a resolver as consequências sociais da reestruturação económica (CCE, 2005, pp.4 e 5)

A questão da imigração como substituição da mão-de-obra vai implicitamente reforçando a sua importância nas várias medidas e orientações de vários estados membros, podendo perspectivar-se uma mudança no futuro recente. Será que a questão posta no início desta comunicação: “solução – imigração???” caminha para uma resposta como “uma solução – migração!!!

Bibliografia:

- CCE (2005) - “ACÇÕES COMUNS PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO: O PROGRAMA COMUNITÁRIO DE LISBOA, COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU, 20 DE JULHO DE 2005 (COM(2005)330 FINAL), BRUXELAS.
- COALE, A. & HOOVER, E. (1958) – *Population and Economic Development*. Princeton.
- COPPEL, J., DUMONT, J.C. & VISCO, I. (2001) – *Trends in Immigration and Economic Consequences*. OECD Economic Department Working Papers No. 284.
- DENTON, F. AND SPENCER, B. (1997), *Population Ageing and maintenance of social support systems*, Canadian Journal on Ageing, 16:485-498
- ESTEVES, Maria do Céu (1991) – *Portugal país de imigração*, IED, Lisboa
- ESPON (2005) - *ESPON 1.1.4. – Spatial Effects of Demographic Trends and Migration - Final Report*, www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75html
- FALLON, P. & VERRY, D. (1988) – *The Economics of the Labour Market*. Philip Allan
- FONSECA, Lucinda et al (2003) – Immigrants in Lisbon. Routes of integration, in *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, 56 (2002). Centro de Estudos Geográficos, Lisboa
- FONSECA, Lucinda; ALEGRIA, João; NUNES, Alexandra (2004) – Immigration to medium sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora region (Southern Portugal), in *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*. Metropolis Portugal. Ed. BAGANHA, Maria Ioannis e FONSECA, Lucinda. Fundação Luso-Americana, 2004. Lisboa
- FONSECA, M. L. (2000) – “Portugal in the international migration system at the end of the 20th century: challenge and change”, in: *28th International Congress of the International Geographical Union – Papers presented by researchers of the Center of Geographical Studies – Human Geography Research Unit*, Lisboa, CEG, (EPRU n.º 52), pp. 7-30.
- FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J.; RIBAS-MATEOS, N.; WHITE, P.; ESTEVES, A. (2002) – *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Luso-American Foundation.
- FOTAKIS, Constantinos (2000) – *Demographic ageing, employment growth and pensions sustainability in the EU: the option of migration*, ONU, New York
- GÓIS, Pedro (s/d) – Do “trabalhador convidado” ao subempregado: a inserção dos (i)migrantes cabo-verdianos num mercado local de trabalho: a Área Metropolitana de Lisboa, in *actas do IV Congresso Português de Sociologia*
- IEFP (2001) – *Diagnóstico e prospectiva a curto prazo das necessidades de mão-de-obra em Portugal*, Relatório Final, Junho 2001, IIEFP.
- HAUG, Werner et al. (Eds.) (2002) – *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*, Conselho da Europa, Estrasburgo

⁵ Para além das 3 acções apresentadas contam-se outras que passamos a citar:

- o apoio ao conhecimento e à inovação na Europa;
- a reforma da política de auxílios estatais;
- a melhoria e a simplificação do enquadramento regulamentar em que as empresas operam;
- a conclusão do mercado interno de serviços;
- a concretização de um acordo ambicioso da Ronda de Doha;

- KELLEY, A.C. & SCHMIDT, R.M. (1994) – Population and Income Change: Recent Evidence, in *World Bank Discussion Paper 249*
- MALHEIROS, J. M. (2002) – “Nova imigração e desenvolvimento regional. Situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, Nº 2, pp. 69-87
- MALHEIROS, JORGE (1998) - "Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal", Relatório Final, Lisboa. BEGG, D., FISCHER, S. & DORNBUSCH, R. (1987) – *Economics*. McGraw-Hill
- MTS (2002) – *Estudo de Avaliação do Plano Nacional de Emprego e do Impacto da estratégia Europeia para o Emprego em Portugal .- Relatório Final*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Un. Católica Portuguesa, Jan. 2002 (DEPP).
- MTAS (2005) – BOLETÍN ESTADÍSTICO DE EXTRANJERÍA E INMIGRACIÓN Nº5, ABRIL 2005, [HTTP://EXTRANJEROS.MTAS.ES](http://EXTRANJEROS.MTAS.ES)
- NEVES, João César das (2003) – Imigração e Desenvolvimento, in *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: diversidade-cidadania-integração*. ACIME (Org.), Lisboa, pp. 74-90
- OECD (2001) - *Employment Outlook*, OECD, USA
- PEIXOTO, J. (2004) – *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*, SOCIUS – ISEG, Lisboa
- PORTES, ALEJANDRO (1981) – Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview, in A PORTES (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Network, Ethnicity and Entrepreneurship*, Russel Sage Foundation, Nova Iorque, pp.1-41
- RAUHUT, D. (2002a) – *Arbetskraftsbrist och arbetskraftsinvandring – hot eller möjligheter för ekonomisk tillväxt?* [Labour Shortage and Labour Immigration – Threats or Opportunities for Economic Growth?] ITPS report A2002:010
- SAINT-MAURICE, Ana de, (1997) – *Identidades reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Celta, Oeiras
- UN (2000) – *Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Ageing Populations*, UN, Population Division, Department of Economic and Social Affairs.
- VILLENA RODRÍGUEZ, MARIA (2004) - Demografía, mercado de trabajo y política de inmigración, España vs. U.E., Universidad de Sevilla, Sevilla (www.eumed.net/cursecon/libreria)
- VITORINO, António (2003) – Uma política comum de imigração, in *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: diversidade-cidadania-integração*. ACIME (ORG.), Lisboa, pp. 32-38

Outras fontes:

<http://www.acime.gov.pt>

<http://www.framtidsstudier.se/eng/index.htm>

<http://www.portugal.eu-2000.pt/>

<http://www.ine.pt>

<http://www.ine.es>

<http://www.mtas.es>

<http://www.mir.es>

<http://www.migrationinformation.org>